

Réquiens para o velho plano de Baker para sanar crise da dívida

por Getúlio Bittencourt
de Nova York

O Plano Baker, criado em 1985 pelo então secretário do Tesouro, e futuro secretário de Estado James Baker III, como a política dos Estados Unidos para a dívida dos países menos desenvolvidos, recebeu dois longos epitáfios na reunião de centenas de economistas no encontro anual da Allied Social Science Associations (ASSA).

Um dos estudos projeta o que aconteceria se o Plano Baker continuasse a ser aplicado como está por mais oito anos. Outro examina em detalhe o que aconteceu com sua aplicação até aqui. Ambos concluem que ele precisa ser reformado, talvez mais profundamente do que o presidente eleito George Bush já prometeu fazer.

Em seu trabalho "The Baker Plan: Eight Years More?", dois professores do Swarthmore College da Washington University em St. Louis, John Caskey e David Felix, consideram que o renascimento do populismo na América Latina, em países como Argentina e Brasil, sugere uma nova aliança de classes: "Nas décadas de 60 e 70", disse Caskey, que leu o paper, "as classes médias estavam em aliança com as classes proprietárias no apoio aos regimes militares antipopulistas no Brasil e do Cone Sul. O prospecto ameaçador de a classe média desta vez se aliar com os trabalhadores pode bem ser um fator decisivo para persuadir as classes proprietárias a abandonar seu apoio ao pagamento da dívida".

Ambos assinalam que os dados disponíveis sobre a fuga de capitais e a tendência inegalizadora dos impostos indicam que "as classes produtoras dos países endividados têm conseguido virar muito do peso do ajuste para as classes menos afluentes" até aqui.

E isso talvez explique, na análise dos dois

professores, por que as classes produtoras desses países se opõem à moratória e outras formas unilaterais e inamistosas de negociações.

Ao simularem o cenário do que seria a América Latina com mais oito anos desse Plano Baker em vigor, Caskey e Felix constatarem que um financiamento externo que permita o crescimento de 1% do PIB da região é viável, e compatível com o pagamento contínuo do serviço da dívida.

Mas reconhecem, no entanto, que "o crescimento de 1% per capita com pagamento simultâneo da dívida não permitirá nenhum crescimento sustentado do consumo per capita a par-

tir da deprimida década de 80" na América Latina.

Em outra mesa-redonda da ASSA, dois professores da universidade de Illinois, Werner Baer e Donald V. Coes, examinaram o passado recente e as origens do Plano Baker em seu estudo "United States Policies and Latin America's Trade And Debt". O lado mais interessante da análise de ambos é o do efeito da crise sobre a América. Depois de descrever os reflexos da crise financeira internacional de 1982, quando os bancos pararam de emprestar para a América Latina e a região tornou-se exportadora líquida de capital, eles notam que desde então o déficit da balança comercial dos Estados Unidos com os

países latino-americanos aumentou muito.

Parte do gigantesco déficit acumulado dos EUA, na opinião de ambos, vem do saldo favorável continuado dos principais exportadores latino-americanos. Além dos problemas do déficit, os Estados Unidos enfrentam outro, como ambos assinalam: "A América Latina tem sido por muito tempo um dos maiores mercados de exportação dos Estados Unidos. O forte declínio das importações latino-americanas abateu particularmente as indústrias norte-americanas, já afetadas duramente pelo dólar sobrevalorizado, altas taxas de juros e a recessão doméstica do início dos anos 80".